

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

André Rodrigues Iusif Dainez

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Série | Saber
& Crítica 21



2026

Copyright © André Rodrigues Iusif Dainez
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dainez, André Rodrigues Iusif
A industrialização do Brasil / André Rodrigues Iusif Dainez. – São Paulo: LF Editorial, 2026. –
(Série saber & crítica; 21)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-816-5

1. Cafeicultura 2. Crise econômica 3. Economia - História 4. Industrialização - Brasil - História
I. Título. II. Série.

26-397056.0

CDD-338.0981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Industrialização: Economia 338.0981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9580

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

SUMÁRIO

Introdução	6
O crescimento industrial sob a hegemonia do capital cafeeiro ...	10
A crise de 1929/1933 e a industrialização restringida	28
O capital estrangeiro e a industrialização pesada.....	45
A crise do capital e os limites do desenvolvimento periférico...	84
A crise da industrialização brasileira e seus limites históricos...	103
Nota bibliográfica	136
Sobre o autor	142

INTRODUÇÃO

A industrialização transformou profundamente a sociedade brasileira. Ao longo do século XX, o país construiu uma estrutura produtiva relativamente complexa, ampliou suas cidades, formou um amplo mercado de trabalho assalariado e passou a produzir internamente parcela crescente dos bens necessários à reprodução da economia. Ao final da década de 1970, a indústria abrangia desde a produção de bens de consumo até setores de bens intermediários, bens de capital e insumos de maior complexidade tecnológica.

Essa transformação, no entanto, não significou a superação das estruturas econômicas e sociais herdadas do passado colonial. O desenvolvimento da indústria ocorreu sem romper com a elevada concentração da propriedade da terra, com a desigualdade social ou com a inserção subordinada da economia brasileira no sistema internacional. Em diversos momentos, pelo contrário, o avanço industrial apoiou-se na conservação e na refuncionalização dessas estruturas.

A indústria brasileira nasce profundamente vinculada à economia agrário-exportadora, e não como sua negação. Nesse período, o capital industrial permaneceu subsumido ao capital cafeeiro tanto pelo lado da realização da produção, que dependia da renda gerada pelo complexo exportador cafeeiro, quanto pelo lado da reprodução do capital

constante e de parte do capital variável, condicionada pela capacidade para importar proporcionada pelas exportações. A crise de 1929 representou uma inflexão nesse processo. A queda da capacidade para importar, a desvalorização cambial e a política de defesa do café favoreceram o deslocamento da demanda para a produção doméstica e um ciclo de industrialização por substituição de importações.

A implantação da indústria pesada, consolidada a partir do Plano de Metas, representou um salto qualitativo no desenvolvimento industrial brasileiro, mas dependeu da entrada das grandes empresas monopolistas transnacionais, que assumiram posição predominante nos setores mais dinâmicos e tecnologicamente avançados. O avanço da industrialização não eliminou, assim, a dependência tecnológica e financeira. Ao mesmo tempo, conservaram-se a grande propriedade fundiária, a concentração da renda e a exploração intensiva da força de trabalho.

É nesse sentido que este livro mobiliza a categoria da pseudoindustrialização, formulada por Milcíades Peña para caracterizar o desenvolvimento industrial latino-americano. A expressão não nega a existência de crescimento, diversificação ou modernização industrial, mas caracteriza uma industrialização sem revolução industrial: um processo no qual as forças produtivas avançam sem subverter as antigas relações de propriedade e de classe. Em sua dimensão econômica, essa forma de desenvolvimento mantém truncada a “produção para a produção”, isto é, a liderança, em termos

absolutos e relativos, do departamento produtor de meios de produção.

A ditadura instaurada pelo golpe de 1964 aprofundou as contradições da pseudoindustrialização brasileira. O ciclo do “milagre” econômico apoiou-se, em grande medida, na estrutura produtiva previamente instalada e na intensificação da exploração do trabalho, enquanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento promoveu um último ciclo de substituição de importações nos setores de bens de capital e insumos básicos. Tal avanço foi viabilizado por um crescente endividamento externo, que ampliou a fragilidade financeira do Estado e a exposição da economia brasileira às condições da liquidez internacional. A reversão da conjuntura internacional favorável e a deterioração das condições de financiamento externo da economia brasileira, no final da década de 1970, abriu a crise que, ao longo dos anos 1980, subordinou a política econômica ao pagamento da dívida externa e ao ajustamento deflacionário, contraindo o investimento público e encerrando o ciclo de expansão industrial. A transição para o “governo civil” alterou a forma política da dominação, mas não rompeu com as relações de propriedade e de dependência que haviam estruturado a pseudoindustrialização brasileira.

Os cinco capítulos acompanham essa trajetória, do crescimento industrial sob a hegemonia do capital cafeeiro à industrialização restringida, à implantação da indústria pesada, ao “milagre” econômico, ao II PND e à crise da década de 1980. O argumento que atravessa o livro é o de

que o desenvolvimento industrial brasileiro foi real e transformou profundamente a estrutura produtiva do país, mas, estrangulado pela conservação do caráter ultraoligárquico da sociedade brasileira - isto é, pela manutenção das velhas relações de produção e formas de propriedade -, reproduziu o caráter dependente e associado do capitalismo brasileiro, assim como a violenta concentração da renda e a desigualdade social que atravessam a história do país.

O CRESCIMENTO INDUSTRIAL SOB A HEGEMONIA DO CAPITAL CAFEIEIRO

Após a independência, a estrutura econômica do Brasil, agora Império, permanece essencialmente a mesma: produção de bens agrícolas para o mercado externo sob o binômio latifúndio e mão-de-obra escrava. No que pesem as transformações que se iniciam após 1808, dentre elas a revogação da lei que proibia as manufaturas, a orientação primário-exportadora continua a ditar a dinâmica da economia nacional e a produção para o mercado interno cresce a reboque da renda gerada no setor exportador, bem como induzida pelos encadeamentos para trás e para frente gerados pela produção primária (por exemplo a produção de sacaria de juta para ensacar o café para exportação, o beneficiamento do café, os serviços ligados ao comércio, transporte e financiamento da atividade agrícola e a infraestrutura necessária para o comércio de exportação, como as estradas de ferro e a construção de portos).

O poder político e econômico permaneceu concentrado nas mãos da burguesia agrária latifundiária durante todo o período imperial e republicano, inclusive após 1930, quando a crise da economia primário-exportadora abriu

uma nova conjuntura de conflitos entre frações da burguesia interna. Esse processo não deu lugar à liquidação do poder latifundiário, mas à reorganização do Estado brasileiro sob novas bases de centralização nacional. Esse Estado, embora tenha ampliado sua capacidade de intervenção econômica, estimulado o desenvolvimento industrial e promovido a modernização da infraestrutura nacional, o fez preservando a dominação da burguesia latifundiária e os fundamentos agrários e dependentes da formação social brasileira. Tratou-se, portanto, de uma modernização conservadora, marcada pelo reacionarismo e pela repressão violenta das forças políticas de oposição, na qual o avanço industrial e a centralização nacional se realizaram sem romper com o poder social e político do latifúndio.

Este processo de modernização, no entanto, em nenhum momento constituiu uma alteração nas relações de produção típica de uma revolução industrial ou de um processo de industrialização capaz de subverter a estrutura agrária e dependente da economia brasileira.

A crise do café e da República Oligárquica Liberal deu lugar a uma situação de disputa entre frações burguesas que, incapazes de assumir a hegemonia política e de conduzir um processo de modernização autônomo, e acosadas pelo crescimento dos movimentos de contestação das camadas médias urbanas e pela crescente organização autônoma da classe operária brasileira, conduziram um projeto de modernização conservadora, mediado pelo Estado, que, mediante violenta repressão e cooptação do movimento

operário e dos demais elementos dissidentes para os limitados canais de participação política, promoveu uma reacomodação das frações burguesas em disputa no interior do próprio Estado.

Para João Manuel Cardoso de Mello, a diferença entre a economia colonial e a economia primário-exportadora nacional, isto é, após a independência, é a inserção externa. Enquanto a produção colonial é subsumida à metrópole sob a égide do pacto colonial, servindo a colônia como instrumento de acumulação de capital, a produção primário-exportadora se insere na Divisão Internacional do Trabalho que é engendrada após a Revolução Industrial inglesa. Em ambos os casos, permanece a produção complementar à europeia e a inserção externa subordinada.

Com o desenvolvimento da grande indústria e das forças produtivas especificamente capitalistas nos países centrais, a coerção extraeconômica passa a ser parcialmente substituída por mecanismos econômicos de coerção e extração de mais-valor. A constituição dessas forças produtivas permite que a reprodução das relações de dependência e de extração de mais-valor da periferia ocorra, também, por mecanismos de coerção econômica, que conferem uma aparência de igualdade a relações desiguais, como é o caso do mercado mundial capitalista, isto é, da Divisão Internacional do Trabalho baseada no comércio exterior. Vale ressaltar que tais mecanismos de coerção econômica não eliminam os mecanismos de coerção baseados na violência, como comprova toda a história do imperialismo. Assim, a função,

dentro da Divisão Internacional do Trabalho, da produção primário-exportadora dos países latino-americanos continua sendo a de impulsionar a acumulação de capital nos países industriais, pelo aumento da extração de mais-valor relativo e pela compensação da tendência à queda da taxa de lucro nestes países pelo barateamento do capital variável (dos bens-salário) e de parte do capital constante (matérias-primas), respectivamente.

Assim, a industrialização brasileira é específica pelo seu ponto de partida, isto é, a economia primário-exportadora do século XIX, geneticamente ligada à economia colonial, bem como pelo seu caráter periférico e tardio. Um ponto a ser destacado é a relação que se estabelece entre o complexo cafeeiro e a indústria. Esta relação, como apontado por Sérgio Silva em “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil”, é contraditória. Isto é, o crescimento das exportações, ao aumentar a renda interna (na forma do pagamento de salários, de realização dos lucros e do pagamento de tributos) induzia o crescimento industrial (em especial após a transição para o trabalho assalariado) e, conforme estabelecia-se uma estrutura industrial minimamente diversificada, esta ganhava a capacidade de reagir positivamente aos choques externos, isto é, às quedas cíclicas da renda do setor exportador.

Neste mesmo sentido, Edgar Carone, em sua obra “A Evolução Industrial de São Paulo (1889–1930)”, evidencia que a emergência da atividade manufatureira esteve profundamente vinculada à dinâmica do complexo cafeeiro,

tanto no que se refere à origem dos capitais quanto às condições materiais e institucionais que tornaram possível a expansão industrial. A indústria, nesse sentido, não surge como negação da economia agrário-exportadora, mas como um de seus desdobramentos internos, funcionalmente articulada às necessidades de reprodução ampliada do capital cafeeiro.

É oportuno destacar que o desenvolvimento industrial no Brasil e, de modo geral, na periferia latino-americana não se deu contra os interesses da grande burguesia latifundiária nem do imperialismo. Milcíades Peña destaca que, quando o mercado mundial não era capaz de absorver as mercadorias primárias em condições minimamente lucrativas, a expansão do mercado interno era de grande interesse para a burguesia latifundiária, pois permitia compensar as perdas sofridas no mercado mundial. O desenvolvimento industrial do Brasil e dos demais países latino-americanos levou, por sua vez, a uma grande expansão da demanda por bens de capital e bens de consumo duráveis, estimulando os ramos mais estratégicos e poderosos da indústria dos países imperialistas.

Outro ponto a ser destacado é que, embora grande parte da historiografia sobre a industrialização brasileira se concentre na análise da indústria de São Paulo, o crescimento industrial não é unicamente induzido pelo café e não ocorre apenas em São Paulo. Houve importante crescimento industrial na região do Rio de Janeiro e nos estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul

impulsionado pela produção de outros produtos primários, como açúcar, algodão, fumo e pela atividade pecuária, que impulsionaram o desenvolvimento de fábricas de produção e refino de açúcar, de fábricas de produção de moendas e peças para as máquinas utilizadas nas fábricas de açúcar, de fábricas produtoras de tecidos de algodão, óleo de caroço de algodão, charutos, bem como da indústria do couro e de carnes congeladas no final do século XIX.

A ênfase da historiografia sobre a industrialização brasileira na produção de café e na região de São Paulo se dá, provavelmente, pela importância do produto para a dinâmica da economia nacional durante os séculos XIX e XX – ilustra tal situação o fato de que as exportações de São Paulo correspondiam a 31,1% das exportações totais do país em 1900 e a 50,8% das exportações totais do país em 1930, de acordo com Wilson Cano –, pelo próprio dinamismo da economia cafeeira de São Paulo e pela capacidade desta de induzir o desenvolvimento da infraestrutura ferroviária, portuária e de comunicações, bem como de impulsionar a urbanização, o que permitiu um acúmulo de economias externas na região de São Paulo que favoreceu o investimento industrial nesta região. De fato, inicia-se no século XX um processo de concentração industrial em São Paulo, no qual, também de acordo com dados de Wilson Cano, a participação da produção de São Paulo no total da produção da indústria de transformação a preços correntes saltou de 15,9%, em 1907, para 31,5%, em 1919, e 45,4% em 1939.